

**Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 01/01/2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

Ativo	Nota explicativa	2019			2018			01.01.2018
		2019	2018	01.01.2018				
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalente de caixa – Reapresentado	5	5.653	5.378	3.582				
Aplicações financeiras – Reapresentado	5	6.476	1.708	3.779				
Contas a receber	6	7.163	6.508	6.121				
Contas a receber – partes relacionadas	16	301	5	16				
Despesas antecipadas		1.505	771	859				
Impostos a recuperar		725	570	1.515				
Adiantamentos a fornecedor		178	226	–				
Outros créditos		271	168	513				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>22.272</b>	<b>15.334</b>	<b>16.385</b>				
<b>Não circulante</b>								
Aplicações financeiras vinculadas	8	13.330	13.380	12.456				
Despesas antecipadas		1.240	703	613				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	143.829	113.525	85.854				
Depósitos judiciais	19	2.294	1.711	915				
Direito de uso (IFRS 16)	9	2.832	–	–				
Imobilizado	10	1.946	2.437	2.153				
Intangível	11	1.190.247	1.199.860	1.189.400				
Diferido		–	104	1.877				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.355.718</b>	<b>1.331.720</b>	<b>1.293.268</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.377.990</b>	<b>1.347.054</b>	<b>1.309.653</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		934.034	(17.500)	916.534	(161.820)	754.714
Prejuízo do exercício		–	–	–	(59.441)	(59.441)
Aumento de capital		100.000	16.500	116.500	–	116.500
Absorção de prejuízos com reserva de lucros		–	–	–	–	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>1.034.034</b>	<b>(1.000)</b>	<b>1.033.034</b>	<b>(221.261)</b>	<b>811.773</b>
Prejuízo do exercício		–	–	–	(53.582)	(53.582)
Aumento de capital	20	94.000	(40.500)	53.500	–	53.500
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>1.128.034</b>	<b>(41.500)</b>	<b>1.086.534</b>	<b>(274.843)</b>	<b>811.691</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício		(53.582)	(59.441)		
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	89.933	82.046		
Baixa de ativos permanentes	10 e 11	609	255		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(30.304)	(27.671)		
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(687)	(383)		
Juros e variações monetárias sobre mútuos		625	–		
Juros e variações monetárias de empréstimos		23.562	28.092		
Juros e variações monetárias de debêntures		17.218	14.517		
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	23	3.421	2.219		
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	19	15.352	10.425		
Constituição de provisão para manutenção	19	32.018	26.205		
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber		(655)	(387)		
Contas a receber – partes relacionadas		(296)	11		
Despesas antecipadas		(1.271)	(2)		
Impostos a recuperar		273	1.236		
Outros créditos		(103)	59		
Depósitos judiciais		(583)	(796)		
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		(1.990)	(2.497)		
Fornecedores – partes relacionadas		–	190		
Cauções contratuais de fornecedores		(630)	(2.361)		
Direito de uso pagos		(4.010)	–		
Obrigações sociais		(272)	(202)		
Obrigações fiscais		–	–		
Outras contas a pagar		3.400	1.629		
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios		(1.360)	(9.169)		
Taxa de Fiscalização		11	9		
Custo de transação – empréstimo		303	62		
Pagamento de juros		(36.131)	(35.766)		
Caixa liq. gerado pelas (utiliz. nas) atividades operacionais		54.699	28.878		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisições de itens do ativo imobilizado	10	(58)	(807)		
Aquisições de itens do intangível	11 e 24	(98.885)	(116.288)		
Aplicação financeira vinculada		(2.893)	(1.718)		
Valor resgatado das aplicações vinculadas		3.202	886		
Aplicação financeira – Reapresentado		(4.768)	(1.708)		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(103.402)	(119.635)		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captação risco sacado		8.824	28.563		
Pagamento risco sacado		(13.502)	(27.376)		
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal		(35.247)	(28.913)		
Pagamento de debêntures – principal		(1.597)	–		
Captações de empréstimos – empresas ligadas		37.000	–		
Aumento de capital	20	53.500	116.500		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		48.978	88.774		
<b>(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>					
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício – reapresentado</b>				275	(1.983)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício - reapresentado</b>				<b>5.378</b>	<b>7.361</b>
				<b>5.653</b>	<b>5.378</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)**

	Nota explicativa	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
<b>Receita operacional líquida</b>		21	238.856	232.703	
<b>Custo dos serviços prestados</b>		22	(251.085)	(252.548)	
<b>Prejuízo bruto</b>			(12.229)	(19.845)	
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Gerais e administrativas		22	(25.375)	(22.071)	
Remuneração da Administração	16	(1.353)	(1.446)		
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas			107	289	
			(26.621)	(23.228)	
			(38.850)	(43.073)	
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>					
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras		23	1.635	2.138	
Despesas financeiras		23	(46.647)	(46.186)	
Varição Cambial, líquida			(24)	9	
			(45.036)	(44.039)	
<b>Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>					
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Diferidos	7	30.304	27.671		
<b>Prejuízo do exercício</b>			(53.582)	(59.441)	
<b>Prejuízo por ação básico e diluído – R\$</b>		25	(0,0321)	(0,0398)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2019	2018
<b>Prejuízo do exercício</b>	(53.582)	(59.441)
<b>Outros resultados abrangentes</b>	–	–
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(53.582)</b>	<b>(59.441)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

	Nota explicativa	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
<b>Receitas</b>					
Prestação de serviços		21	180.202	159.449	
Receita dos serviços de construção		21	73.381	86.618	
Outras receitas			928	1.000	
			254.511	247.067	
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo dos serviços prestados			(31.917)	(34.404)	
Custo dos serviços de construção		22	(73.381)	(86.618)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros			(9.468)	(8.770)	
Custo da concessão			(6.218)	(6.044)	
Custos de provisão de manutenção em rodovias		22	(32.018)	(26.205)	
Outros			(17.136)	(12.693)	
			(170.138)	(174.734)	
<b>Valor adicionado bruto</b>			84.373	72.333	
<b>Depreciação e amortização</b>		22	(89.933)	(82.046)	
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>			(5.560)	(9.713)	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Receitas financeiras		23	1.635	2.138	
Juros capitalizados		24	2.528	3.676	
Outros			(24)	9	
			4.139	5.823	
			(1.421)	(3.890)	

	Nota explicativa	2019		2018	
		2019	2018	2019	2018
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>					
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal e encargos:					
Remuneração direta			13.076	14.126	
Benefícios			3.597	3.476	
FGTS			904	1.007	
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais			(23.837)	(21.362)	
Municipais			9.077	8.019	
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros			40.780	42.609	
Juros capitalizados BNDES			820	374	
Juros capitalizados Debêntures			1.708	3.302	
Aluguéis			177	818	
Outras			5.234	3.182	
Remuneração de capitais próprios:					
Juros			625	–	
Prejuízo do exercício			(53.582)	(59.441)	
			(1.421)	(3.890)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

**1. Contexto Operacional** – A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19/12/2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14/02/2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31/12/2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$88.522 (R\$78.907 em 31/12/2018). A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer face às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulante, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo. Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes. A emissão das demonstrações contábeis da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20/02/2020.

**2. Concessões** – A Autopista Planalto Sul S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007. A Sociedade está em plena operação desde 22/02/2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134-PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 25,4 kms de duplicações de rodovias. • 48,3 kms de terceiras faixas. • 13,72 kms de vias laterais. • Construção de cinco trechos completos. • Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba-PR. • Construção de onze passarelas. • Construção de cinco praças de pedágio. • Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO’s. • Implantação ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o equilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser de forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31/12/2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$26.613 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. b) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência

de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. c) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. d) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. e) A Sociedade assume integralmente os riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após